

# VERIDICÇÃO, PERSUASÃO, ARGUMENTAÇÃO: NOTAS NUMA PERSPECTIVA SEMIÓTICA

**Ivã Carlos Lopes\***  
**Waldir Bevidas\*\***

*Resumo:* A partir de uma breve revisão do modo como a semiótica francesa tem tratado o amplo domínio do persuadir, com especial atenção à veridicção, confrontam-se as conseqüências de duas atitudes epistemológicas muito distintas: (i) uma epistemologia “realista” que prevaleceu, em graus variados, ao longo da tradição lógico-gramatical, e (ii) uma epistemologia “imaneante” que vê a significação como construto humano e efeito de interações manipulatórias dos enunciadores, sendo essa, como se sabe, a posição adotada pela semiótica.

*Palavras-chave:* Epistemologia; persuasão; sentido.

## INTRODUÇÃO

**P**ela sua vocação generalizante, a semiótica sempre optou por desenvolver-se num movimento de abstração de modo a que seus modelos alcançassem o maior número possível das produções significantes de que seja capaz o homem. Assim, todas as questões envolvidas no tema da veridicção, da persuasão e da argumentação tiveram um salto generalizante certo ao serem deslocadas da instância teórica da *narrativa* – no percurso gerativo que constituiu, para a semiótica da escola de Paris, como que um primeiro cenário do engendramento da significação, ou “ateliê do sentido”, como o dizia Zilberberg em texto antigo (1981) – onde tiveram origem suas primeiras conceitual-

\* Doutor em Semiótica e Lingüística pela Universidade de São Paulo (USP), docente e pesquisador.

\*\* Doutor em Semiótica e Lingüística pela Universidade de São Paulo (USP), docente e pesquisador.

zações –, como *fazer persuasivo* desdobrado em *manipulação* pelo Destinador inicial e como *fazer interpretativo* ou sancionante pelo Destinador final – para a instância *discursiva* em que todo o fazer se desenvolve doravante entre *enunciador* e *enunciário*.

Ora, num novo salto, desta feita considerado o fato de que a semiótica não quer limitar-se ao registro da linguagem verbal, as relações entre esses dois actantes vêm sendo estendidas a toda *prática significante*, não importa sob quais linguagens se manifestem, verbal, gestual, visual etc. Então todas as operações desencadeadas entre esses actantes, parceiros da intercomunicação, sob o regime da veridicção, da persuasão e da argumentação, recobrem por inteiro o que a semiótica, com muita insistência sobretudo por autores como Landowski, vem desenvolvendo sob o título de semiótica da *interação*, semiótica da *situação*, ou semiótica da *vivência* humana.

Num dos últimos textos do punho individual de Greimas (1990), ele reafirmava que a semiótica só encontraria sua coerência, sua racionalidade própria se tivesse êxito em homologar as três esferas do *valor*: o valor *diferencial* (numa palavra: tudo o que se refere ao gesto epistemológico da disciplina em acatar como princípio geral a proposição saussuriana de que a língua deve ser entendida como um sistema cujas unidades só significam na medida em que se delimitam umas às outras); o valor de *troca* (também gerado no exame saussuriano quer referente à relação sintagmática entre os signos que tiram seu valor pela posição que ocupam na cadeia quer referente à inspiração que buscou na teoria econômica, ou seja, o valor da *circulação* dos objetos, justamente *valorizados* em nome dessa circulação); por fim, o valor *protensivo*, que Greimas admite ter buscado em Husserl como a relação transitiva situável na base da mínima *intencionalidade*, instalada na origem da focalização (*visée*) que impulsiona o sujeito em direção ao objeto. É este último critério de valor que, a nosso ver, se encontra no palco quente das relações veridictórias, dos atos epistêmicos ou das estratégias argumentativas dos actantes em interação.

Esses três campos de exercício da ação do homem sobre o homem – persuasão, veridicção e argumentação – imbricam-se com tamanha intimidade que é difícil querer estabelecer-lhes alguma hierarquia de pressuposição, de englobamento ou prioridade teórica. Apenas a terceira modalidade, a argumentação, parece deixar-se ver como uma subdimensão ou como uma das variantes do *fazer persuasivo*, ao lado de uma outra, muito pesquisada e que recebeu atenção especial de Greimas: a estratégia da *demonstração*. Então, demonstração e argumentação seriam modos de operar do fazer persuasivo. Se ele será primeiramente tratado aqui, é apenas em razão da sempiterna *linearização* que toda textualização exige, mas também em consideração ao fato de que, originada a reflexão nos quadros da narratividade, o fazer persuasivo na verdade instaura o *contrato* de comunicação entre Destinador e sujeito (como destinatário), contrato esse que, no andamento das pesquisas, e sempre na sua *indução generalizante*, se deixou ver como contrário fiduciário, contrato polêmico, que introduz a *manipulação* do sujeito para preparar sua competência: primeiro adquirindo o *crer*, a convicção, em seguida o *querer* e/ou *dever* (como suas modalizações virtualizantes), para depois ser munido das demais competências atualizantes do saber e poder, o que o habilitará à *realização* da *performance*.

No esquema narrativo canônico, grafado a partir da leitura greimasiana das pesquisas de Propp sobre a narratividade do conto maravilhoso, ao término do

percurso do sujeito, haveria um fazer sancionante, em que o sujeito seria reconhecido como verdadeiro (logo, tido como apto às aquisições estipuladas no contrato). Noutros termos, haveria da parte do Destinator final um julgamento epistêmico e veridictório pelo qual, a partir do *fenomenal* (todas as peripécias cumpridas na realização manifestada), ele poderia inferir o *numenal*, isto é, o “ser” (verdadeiro) do actante-sujeito.

A partir desse quadro mínimo, narrativo, a semiótica greimasiana começou a indagar-se sobre o que seriam os vastos campos da *veridicção* e dos julgamentos *epistêmicos* sobre as interações humanas. Em dois textos de notável acuidade (“Le contrat de véridiction” e “Le savoir et le croire, un seul univers cognitif”, em GREIMAS, 1983), o grande semioticista lituano dá toda a dimensão de abrangência da persuasão e da veridicção. Considerá-los como dois campos hierarquizados, autônomos, ou, como prefere Greimas, inserindo a categoria da veridicção no que entende como “quadro mais amplo” da atividade epistêmica, não deve sugerir alguma oposição ou contraste, mas dois segmentos suscetíveis de suportar ordenações, composições e arranjos sintáxicos singulares. Isso pede um comentário à parte.

### VERIDICÇÃO E ATITUDES EPISTEMOLÓGICAS

A problemática da veridicção situa na verdade uma linha divisória entre duas epistemologias: uma epistemologia *realista* (em graus diversos) e uma epistemologia *imane*te ao discurso. Naquela, que poderíamos dizer derivada das teorias clássicas da verdade e do referente, e tributária, em épocas mais recentes, da filosofia positivista e neopositivista, a verdade é dada por uma correlação de ajuste entre o discurso (a proposição) e seu valor de verdade aferido no *referente*. Então toda a busca residirá em estipular e perseguir as diferentes modalidades de uma adequação com o referente. Na epistemologia da *imanência*, o mundo tal qual os realistas entendem que seja *dado*, não é um referente a ser pacificamente aceito como tal. Greimas defende a idéia forte de que o mundo natural se deixa ver como *macrossemiótica*, suscetível, como tal, de ter sua existência aquilatada não como uma verdade positiva, dada, mas, assim como qualquer outra semiótica (verbal ou não), como uma verdade *construída*, operada pelas estratégias discursivas justamente destinadas a *fazer parecer verdadeiro*. Assim, não há verdade no mundo, mas um jogo oscilante de discursos *veridictórios* que constroem seus *efeitos de verdade*. Enfim, o discurso, mobilizado por sua instância de enunciação, vai elaborar diversas estratégias (debreantes ou embreantes) para criar esses efeitos veridictórios.

Em suma: o sujeito operará estratégias de *camuflagem objetivante* em seu discurso (sobretudo quando se trata daqueles destinados a *demonstrar* uma “verdade” proposta, isto é, os discursos de cunho cientificizante), ou então acionará uma *camuflagem subjetivante* (para provocar efeitos subjetivos e individualizantes das tomadas de posição do sujeito). Nessa epistemologia imane e veridictória, não se pode mais considerar a troca interdiscursiva humana como uma contenda de aproximações ou distanciamento de uma “verdade” referencial externa (concepção que durante muito tempo imperou, até mesmo, por sinal, nos trabalhos sobre a teoria da comunicação, no uso que se fez das “funções” jakobsonianas de linguagem), mas antes como um forte jogo polêmico de

atos persuasivos e atos epistêmicos que disputam, afinal de contas, a *eficácia* de seus procedimentos em criar os devidos efeitos de realidade ou de verdade.

Tais atos, quando bem-sucedidos, levam, do ponto de vista do sujeito-enunciário, à *adesão*, que poderíamos entender *fiduciária* (em variados graus), isto é, levam-no a *crer/não crer* (em diferentes proporções, do fanatismo incondicional ao ceticismo crônico, passando pelos intermediários da dúvida, da incerteza, da probabilidade etc.). E do ponto de vista do eixo da comunicação, a questão agora não será mais a de uma simples “função referencial” ou “função conativa”, jakobsonianas, e sim a do desdobramento imenso de um *fazer persuasivo* que pede a contrapartida como *fazer interpretativo*.

### ESTATUTO DO CRER E DO SABER

Desse modo, o discurso humano, qualquer que seja o ambiente expressivo como plano de sua manifestação (verbal ou não), acaba se revelando, como diz Greimas, como lugar “frágil” onde os valores de verdade, falsidade, segredo, mentira se apresentam em equilíbrio mais ou menos instável, como um acordo tácito ante um contrato de veridicção (que estatui sobre o parecer-verdadeiro) e um contrato fiduciário (que estatui sobre as diversas posições do *crer*). A inocência adâmica da outrora “palavra empenhada” é substituída pelas estratégias cada vez mais sutis, ardilosas ou edificantes de uma composição complexa de persuasões na forma das manipulações já tipologizadas em seus grandes traços como tentação, sedução, provocação, intimidação – a depender da competência modal da fonte-destinadora (seus saber e poder) e a depender da incidência na competência modal do sujeito manipulável: seu querer e seu dever. Não presumimos ser necessário arrolar aqui os inúmeros desdobramentos que já fazem parte das conquistas asseguradas pelo trabalho descritivo e analítico da teoria.

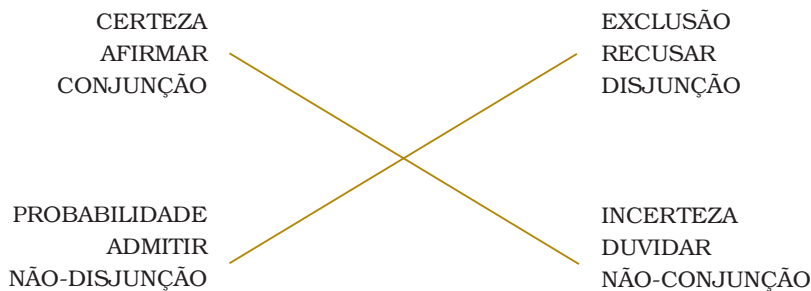
Mediante uma contínua generalização desses dois procedimentos (o *fazer persuasivo* e o *interpretativo*), Greimas procede à ampliação das implicações decorrentes do exame das interferências e intersecções entre o *saber* e o *crer*, no texto já mencionado antes. Dentre elas, relembra o fato de que essa amplificação se iniciou com a densificação teórica do conceito de *competência modal* e de *existência modal* dos sujeitos, aquela proveniente do conjunto modalizado (pelas quatro modalidades básicas) incidente sobre seu *fazer* e esta compondo o modo de ser juntivo do sujeito com os objetos (modais). Mas nota que, no concerto modal, o *crer* tem uma situação um tanto paradoxal. Até lhe parece “impróprio” chamar o *crer* de modalidade, pois que ele não é simples transferência de saber. Mesmo porque, ainda que persuadir seja um *fazer-saber*, ele é “sobretudo e primeiramente” um *fazer-crer*; ou seja, a expressão “não sei se” na verdade traduz um “creio que”. Tendemos a considerá-los como dois campos distintos, declara Greimas, porém eles se entrecruzam de tal maneira que chegaram, na Idade Média, a fazer florescer a expressão *credo quia absurdum* (creio justamente porque é absurdo, impossível de saber), que expulsa o saber, em um gesto de recalçamento amplamente utilizado pela Igreja para sua persuasão. A interpretação mais sensata, diante disso, é mesmo a de conceber um jogo elástico de expansão e contração dos dois dispositivos, *crer* e *saber*: à medida que aumenta a *tensão* entre os dois, eles como que se cindem em posições *polares* e,

na medida em que se distendem, vão tacitamente se compondo até, no limite, chegarem a confundir-se.

Por sua vez, numa ordenação “narrativa”, os dois dispositivos têm uma orientação, um vetor: o saber *precede* o crer, visto que como estratégia persuasiva ele desenvolve a tarefa da persuasão (manipulação) e recebe a *interpretação* que, desta maneira, se põe como *ato epistêmico*. Além disso, este último contempla o fator de *transformação*, uma vez que mobiliza e altera os modos conjuntivos do sujeito fazendo-o percorrer, confirmar ou alterar seus estados de crença (da dúvida à certeza, do negado ao admitido...). Não apenas o ato epistêmico transforma como também é uma sintaxe de *reconhecimento* e de *identificação*; ou seja, se o fazer persuasivo (por seus modos de *demonstração* ou de *argumentação*) apresenta o objeto revestido com os valores veridictórios acionados, o ato epistêmico ou fazer interpretativo compara o posto (o que se sabe) com o proposto (o que se quer fazer saber). Noutros termos, esse reconhecimento local dos dados propostos no discurso acarreta no ato epistêmico uma *identificação* desses dados ou com a totalidade de uma “verdade” já assegurada como sabida ou com um fragmento dela.

Esse último dado do ato epistêmico, simultaneamente como reconhecimento e como identificação, acaba por introduzir outra função sua: a de *controle da adequação*. Não-adequação do proposto com algum referente externo, garantido por algum real extra-semiótico, mas a adequação entre o novo e o antigo, o desconhecido e o conhecido. De modo que a questão de uma “falsidade” ou uma “verdade” eventual da proposição é disso apenas uma decorrência secundária. Talvez a própria ciência não possa assegurar outro procedimento senão o desse ajuste de adequação entre os discursos científicos já enunciados e as novas proposições; nesse sentido, seria a ciência, mais que uma eventual “descoberta” da realidade mesma, um ajuste e adequação de discursos que permitem a comunicação e a comparabilidade desses próprios discursos no seio da comunidade de cientistas. Ou ainda: a ciência não como captação do real, mas como a construção de uma linguagem, a sua linguagem; enfim, o mundo também dos cientistas como uma “macrosemiótica” a ser disputada pelos vários “pontos de vista” e não como um discurso que vocifere sobre a “realidade última” das coisas.

Outro campo de problemática do ato epistêmico se revela em que ele *produz* modalidades epistêmicas. Produz uma carga modal, notada como modalizações, posições derivadas das operações sintáticas juntivas, tal como se vê no quadrado:



De resto, se o sujeito epistêmico, com essas cargas modais, é considerado um sujeito *competente* – isto é, como o fazer interpretativo é um fazer –, então a competência modal do sujeito vai receber as demais coerções derivadas dessa competencialização, ou seja, seu crer vai englobar as modalizações de um *querer-crer*, um *poder-crer* etc. Isso permitirá à teoria desenvolver novas conceptualizações sobre papéis temáticos de cunho epistêmico, a mostrar estereotípias da crença: o fanático, o crédulo, o cético... e tantos outros, menos ou mais radicais, e nem sempre designados por proparoxítonas.

Mas a decorrência mais pregnante dos estudos greimasianos sobre a veridicção e o ato epistêmico está em que, sobretudo no que se refere a este último, o quadrado semiótico passou a contar com a possibilidade de acolher *gradações* impossíveis de ser obtidas a partir da inspiração lógica que havia caracterizado suas origens. Sem precisar retomar aqui a história da importação dele (Aristóteles, Blanché), seu estatuto “lógico-semântico” na verdade privilegiava o *lógico* sobre o *semântico*. A semiótica paga até hoje o custo *logicizante* de tais heranças e procura encontrar mecanismos de não mais se ver tolhida ou amarrada à descrição semântica de cunho eminentemente *categorial* e polar dos termos ditos “de primeira geração” do quadrado. Lembremos, no entanto, que Greimas logo notara que, com as modalidades epistêmicas, se o eixo dos contrários (afirmar *versus* recusar) admite e exige a polarização de exclusão, seus esquemas de contraditórios propiciam como que um ambiente ou espaço mais gradualizado (podemos duvidar pouco mais pouco menos, podemos admitir mais e menos, entretanto não podemos “afirmar” mais ou menos, ou então “excluir” mais ou menos).

Ora, essa “abertura” teórica para acolhimento do gradual, embora presente de há muito no pensamento de Greimas (cf. a “lógica das aproximações” que levou a efeito no *Maupassant*), ainda não encontrou, no espaço teórico da semiótica, uma interpretação suficientemente segura e eficaz a poder satisfazer as exigências rigorosas que ela reclama para si. Retornaremos a isso, tão logo tenhamos mencionado o nosso terceiro tema: o da argumentação.

Destacaremos, dentre as múltiplas abordagens conhecidas da argumentação em semiótica, dois estudos diretamente concernentes ao tema: um, de Barros (2002), proveniente de sua tese de livre-docência; e outro, de Landowski (1992), num artigo intitulado “Algumas condições da semiótica da interação”, compilado em 1989 no seu livro *La société réfléchie*, posteriormente traduzido no Brasil.

Para caracterizar suas diferentes estratégias de condução descritiva, digamos que o trabalho de Barros priorizou uma estrutura de *acolhimento*, isto é, de trazer para a semiótica a problemática da argumentação previamente elaborada seja pela lingüística de Ducrot, na França, seja pelos estudos da pragmática no mundo anglo-saxão (Austin, Searle, Grice). Como prudente anfitriã, concedeu muito espaço de seu texto aos visitantes, com o objetivo declarado de apresentar no seu trabalho os lugares de indagação e o material fortemente diversificado acerca das estratégias argumentativas saídas do ambiente dessas duas vertentes teóricas. Então levanta todas as variedades do modo como, por pressupostos ou por subentendidos, o lingüista Ducrot teoriza inúmeras formas de condução dos discursos argumentativos, desde as situações banais de comunicação até as mais sofisticadas retóricas. Além disso, apresenta também com detalhes as “condições de sinceridade” (Austin) tanto quanto as “máximas conversacionais” (Grice) cuja posteridade é bem conhecida.

Já o procedimento de Landowski prioriza não o eventual acolhimento dos trabalhos dos vizinhos, mas esforça-se para efetuar uma demarcação mais nítida do estudo da argumentação (e demais reivindicações pragmatistas) pela semiótica, em comparação com tais vertentes. Para Landowski, um estudo mais apurado do pensamento de Austin, das “condições de sinceridade”, acaba por tangenciar uma “psicologia introspectiva” e, quando composto ou complementado com as “máximas conversacionais” de Grice, na verdade parece conduzir a uma antropologia geral do fenômeno da comunicação.

Diante disso, a semiótica toma rumo contrário. Em vez de elaborar artesanalmente uma procura da imensa diversidade de formas de atuação prática no tocante à argumentação (todas as suas marcas no texto, explícitas ou implícitas), em vez de se debater com as questões da verdade da informação, da insuficiência ou suficiência, adequação ou outros caracteres eventualmente extraídos, a semiótica parte de uma idéia extremamente abrangente de *ato*, definido como aquilo que *faz-ser*. Introduce então uma relação mínima de dois actantes (sujeito/objeto, numa *dimensão prática ou pragmática*) e quando esse ato se desloca para a relação não mais com o objeto especificamente, porém para outro sujeito, é quando ganha relevo uma *dimensão cognitiva*. Ora, nessas condições, o que define em semiótica o *pragmático* não é sua eventual contraposição com uma *semântica* e uma *sintaxe* (como na pragmática anglo-saxã, herdeira entre outras da secular partilha do *Trivium* em Retórica-Dialética-Gramática), mas sim a complexidade das relações interactanciais geradas entre os parceiros da comunicação.

Esses interlocutores, competencializados e definidos nas suas existências modais – incorpore-se aqui toda a reflexão acima referida sobre as modalidades veridictórias e epistêmicas –, vão configurar um regime mais amplo, o das interações humanas, vazadas em discursos, tidos esses como termo de cobertura para todas e quaisquer práticas significantes. O objetivo da semiótica é então estabelecer modelos de generalidade suficiente para poder abarcar tais regimes de interação de maneira tanto quanto possível homogênea, a fim de explicar como se dá a distribuição e organização das competências interactanciais de que dependem os equilíbrios instáveis das trocas intersubjetivas.

É por isso que, com pertinência, pode ser redefinido o mote de Austin (*How to do things with words*). Por trás das palavras e das coisas se esconde uma problemática extremamente geral, pois elas representam apenas uma parcela, relevante por certo, mas não exclusiva, das práticas significantes dos sujeitos em interação. Para a semiótica, lembra Landowski, não se trata apenas de verificar o quanto a palavra leva a fazer coisas, mas sim “quando fazer-criar é fazer-agir”.

## EPÍLOGO LEVEMENTE HJELMSLEVIANO

Ao cabo das reflexões aqui postas, é fácil notar que privilegiamos na escrita os desenvolvimentos da semiótica ainda sob a orientação direta e pessoal de Greimas, quando vivo. Sabe-se que o quadrado da veridicção recebeu novas interpretações nos últimos dez ou quinze anos. Bertrand (2003) acentua que muitos esforços foram feitos para resolver o caráter “paradoxal” e não totalmente “adequado” de se juntar Ser e Parecer, termos talvez pesados demais para saturarem juntos um mesmo quadrado. Mostra o quanto propiciou novas indagações a atitude de Greimas, quando, nessa obra ímpar intitulada *Da imperfeição*, fri-

sou o “anteparo do parecer” a nos separar do ser e, mais que a falta (narrativa), a incompletude (aspectual), abrindo caminho para uma reformulação em profundidade da hierarquia de níveis da análise semiótica, tarefa ainda em esboço nos dias atuais.

Há quem reivindique por vezes o qualificativo de “mudança de *paradigma*” pelo qual uma semiótica do contínuo viria se sobrepor a uma semiótica do descontínuo, uma semiótica tensiva a uma semiótica de base categorial. Reticências perante as perguntas não respondidas pelo quadrado semiótico conduzem hoje diversos pesquisadores a “relativizá-lo”. O percurso gerativo começa a ser questionado na qualidade de palco central das tarefas descritivas. De nossa parte, pensamos que é preciso, sem renunciar à vigilância crítica, manter uma atitude acolhedora em face da evolução da teoria. Se é certo, como nos leva a crer Bachelard (1971, p.17), que em ciência pensar seja sempre pensar contra, isto é, que “o conhecimento científico é sempre a reforma de uma ilusão” a frase do epistemólogo não precisa ser lida como puro gesto de iconoclastias, mas de reavaliações, de superações, no sentido da *Aufhebung* hegeliana, isto é, de ultrapassagem, com incorporação.

*Paradigma* é um termo que acabou ganhando uso fácil e farto. Se pensarmos no seu sentido forte, tal como o toma o filósofo K. O. Apel, a humanidade só teve três deles: o paradigma ontológico, de Aristóteles a Descartes; o epistemológico, deste a Kant; por fim, o paradigma que ele chama de “semiótica transcendental”, que se impôs desde o final do século XIX e início do XX, com Peirce, Wittgenstein, Heidegger, e do qual a linhagem Saussure-Hjelmslev-Greimas é também representante, a seu modo. Falar, portanto, em mudança de paradigma ao cabo de meros, digamos, quatro decênios – período de desenvolvimento efetivo da semiótica francesa – não soa lá muito sensato, havendo ainda, nesse domínio tão vulnerável às modas mais efêmeras, muito que se aguardar da decantação do tempo.

Desde finais do século XX, sobretudo a partir da publicação desse verdadeiro tratado que é *Tensão e significação*, assinado por Fontanille e Zilberberg (2001), a semiótica tensiva vem ganhando terreno. Essas novas formulações surgem *em complemento e em continuidade* com as formulações da semiótica discreta. Se tomarmos a reflexão que os dois autores exibem em seus textos recentes sobre a questão da *silaba* de Hjelmslev, cujos componentes imediatos e fúntivos primeiros são seus *constituintes* e seus *expoentes* (no caso da expressão, estes responderiam pelas entoações, ritmos, duração, enfim, pela modulação *prosódica* dos significantes); se tomarmos essa reflexão e a transpusermos para o plano do conteúdo, poderemos entender que a semiótica do discreto, do categorial, da narrativa, das modalizações, das discursivizações, enfim, de todas as estruturas discursivas (*lato sensu*) que se podem erigir nas instâncias do percurso gerativo, na verdade se deixa ver como a exploração minuciosa dos *constituintes* do silabário do discurso (lembremos que, embora o termo *silaba* sempre tenha estado ligado à expressão, sua acepção desde a língua grega o vincula à idéia de “conceber”, de “gravidez”, de algo com que se retém, laço, nó).

Assim, o *nó górdio* do discurso, no regime de seus *constituintes*, procurou ser desatado pela primeira semiótica a partir de todas as estruturas encontradas no ambiente do percurso gerativo. Agora, com a semiótica do contínuo, das modulações, da valência, o regime *prosódico* do plano do conteúdo começa a ser também investigado em suas tentativas de desatar essa outra face do nó górdio, dessa sílaba do discurso. Sem dúvida, os parâmetros serão outros, sobres-



saindo aqui elementos tais como o *foco* e o *alvo*, as *direções*, as *modulações tensivas*, o desenvolvimento dos estudos sobre a *percepção* na instância de advento das primeiras somações do sentido, a prevalência do *sensível* sobre o *inteligível*. Enfim, o ponto de vista dos *expoentes* do silabário do conteúdo elege outras “formas” projetadas por sobre os “resíduos” da substância que permaneceram não eleitos na tarefa anterior da descrição dos constituintes.

E por enquanto o quadrado semiótico não tem como responder adequadamente a isso (não obstante a abertura ao *gradual* já comentada). Nessas condições, se, para tais casos, é o gradiente tensivo que pode trazer elementos de resposta, ele não precisa ser entendido como “sucessor” do quadrado, mas como uma possível resolução do imaginário teórico da disciplina, neste momento de sua construção. Será preciso um dia homogeneizar quadrados e gradientes? Haverá necessidade de algum modelo que abarque homogeneamente o constituinte e o expoente do conteúdo? Limitamo-nos, por ora, a registrar a questão como um dos dilemas a serem tratados pelos estudiosos no atual panorama; é bem verdade que se pode sentir desde já algum clamor em prol da ruptura de paradigma, mas é cedo para admitir, sem leviandade, o descarte dos modelos mais consagrados.

De nosso ponto de vista, privilegiar, como aqui fizemos, as conquistas já asseguradas pela semiótica no terreno de seus constituintes (modalidades epistêmicas, veridictórias, fazer persuasivo, interpretativo, argumentativo) não significa resistência ao novo, apenas registro dos dados mais satisfatoriamente integrados ao saber da disciplina, sem os quais não podemos avançar com alguma seriedade.

Seja como for, e sob o estímulo de uma interpretação *concessiva* primando sobre a atitude de *rupturas* ou de *exclusões*, o que nos parece dever sempre figurar na base da teoria semiótica, na continuidade das suas buscas dos constituintes discretos ou nesses inícios de teorização de seus expoentes contínuos, é a manutenção do ideal de *rigor*: “Sentido e ciência”, diz Greimas (1986), esses são os parâmetros a conservar a *alma* da teoria.

## REFERÊNCIAS

- BACHELARD, Gaston. *A epistemologia*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1971.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Teoria do discurso: fundamentos semióticos*. 3. ed. São Paulo: Humanitas, 2002.
- BERTRAND, Denis. *Caminhos da semiótica literária*. Trad. Grupo CASA. Bauru: Edusc, 2003.
- FONTANILLE, Jacques; ZILBERBERG, Claude. *Tensão e significação*. Trad. I. C. Lopes, L. Tatit e W. Bevidas. São Paulo: Discurso Editorial; Humanitas, 2001.
- GREIMAS, Algirdas Julien. *Maupassant. La sémiotique du texte, exercices pratiques*. Paris: Seuil, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Du sens II*. Paris: Seuil, 1983.
- \_\_\_\_\_. Ouverture et cohérence. Actes Sémiotiques – Bulletin du GRSL, n. 38. [S.l.], 1986.
- \_\_\_\_\_. Avant-propos. Nouveaux Actes Sémiotiques, n. 10-11. [S.l.], 1990.

- \_\_\_\_\_. *Da imperfeição*. Trad. Ana Claudia de Oliveira. São Paulo: Hacker, 2002.
- HJELMSLEV, Louis. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. Trad. J. Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- LANDOWSKI, Eric. *A sociedade refletida*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Educ, 1992.
- ZILBERBERG, Claude. *Essai sur les modalités tensives*. Amsterdã: John Benjamins, 1981.

LOPES, Ivã Carlos; BEIVIDAS, Waldir. Veridiction, persuasion, argumentation: notes from a semiotic perspective. *Todas as Letras* (São Paulo), volume 9, n. 1, p. 32-41, 2007.

*Abstract: By briefly reviewing how Paris School Semiotics has been dealing with the broad domain of persuasion and veridiction, we were able to confront two distinct epistemological positions. On one side, the 'realistic' epistemology that prevailed, in various degrees, on the logical-grammatical tradition. On the other side, the 'immanent' epistemology that sees meaning as a human construct resulting from the manipulatory interactions of the enunciators, this being the position chosen by Semiotics.*

*Keywords: Epistemology; persuasion; meaning.*